



**O SISTEMA
FINANCEIRO E O
ENDIVIDAMENTO
DAS MULHERES**

O SISTEMA FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES

Graciela Rodriguez (org.)

O SISTEMA FINANCEIRO E O ENDIVIDAMENTO DAS MULHERES

Esta publicação foi realizada pelo Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global, e forma parte do projeto da Rede de Gênero e Comercio, –Equidade de Gênero com Justiça Econômica –, que forma parte do Programa de “Liderando desde el Sur”, financiado pelo Fundo de Mulheres do Sul.

Coordenação

Graciela Rodriguez

Edição de texto

Lucia Santalices

Revisão

Priscilla Morandi

Projeto gráfico e diagramação

Letra e Imagem Editora



E-mail: redgeneroycomercio@gmail.com

Facebook: Red de Genero y comercio

Web: <https://generoycomercio.net/>

Apoio



O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres / Organizador Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global.
– Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020.
88p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-87508-00-9 (PDF)

1. Economia – América Latina. 2. Gênero.

CDD – 330

SUMÁRIO

PRÓLOGO 7

Sobre o endividamento: as vozes das mulheres 11

Graciela Rodriguez

A financeirização da vida: as mulheres e o endividamento dos cuidados 19

Graciela Rodriguez

Extrativismo financeiro: a dívida como ofensiva do capital contra os setores subalternos 35

Veronica Gago e Lucía Cavallero

Sobre as bordas do território econômico, avança a dívida 49

Tatiana Oliveira

Endividamento das famílias no Brasil recente: algumas reflexões 61

Paula Marina Sarno

Crédito, microfinanças, endividamento e a vulnerabilidade das mulheres no Brasil atual 73

Fernando Teixeira

Ideias e estratégias para pensarmos juntas 85

Rede de Gênero e Comércio

EXTRATIVISMO FINANCEIRO

A dívida como uma ofensiva do capital contra os setores subalternos

Luci Cavallero

Verónica Gago

A DÍVIDA COMO PARADIGMA DE EXPLORAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, propomos algumas referências para traçar coordenadas-chave que definem a dívida como um mecanismo de exploração específico deste tempo.

A dívida foi conceitualizada como um mecanismo de sujeição e servidão, estruturando a relação devedor-credor como constitutiva do capitalismo. Friedrich Nietzsche vincula justamente a “genealogia da moral” (1887) ao mecanismo da dívida infinita, impagável, e sua tradução cristã em termos de culpa. Maurizio Lazzarato (2013, 2015) retomou Nietzsche para argumentar de que maneira a dinâmica do trabalhador deixou espaço para a “fábrica do homem endividado”, para explicar como a dívida impõe um “trabalho sobre si” que a vincula diretamente a uma “moral” devedora. Estamos sempre em dívida com algo e alguém. Quer dizer: assumimos responsabilidade e culpa pelas conquistas e fracassos; em suma, pela capacidade empreendedora de cada um como forma de individualizar o risco e pensar na própria vida como empresa.

Silvia Federici (2012) provê elementos centrais para traçar uma genealogia política da dívida: destaca a fragmentação da relação de classe que a dívida produz e seu papel no momento de dismantelar o salário como um acumulado das lutas que o constituíram e a financeirização dos serviços que estavam a cargo do Estado: da saúde à educação. A conexão que a autora realiza entre esses problemas e a exploração dos recursos comuns e do trabalho reprodutivo das mulheres é fundamental para remarcar o que uma perspectiva feminista permite compreender, tanto em termos epistêmicos quanto políticos.

David Graeber (2014) historiciza a economia a partir da instituição da dívida (pública e privada), em particular a partir de seu funcionamento como mecanismo de subordinação dos países do terceiro mundo e como regime de governança global.

Saskia Sassen (2015) conceituou as finanças – da dívida aos derivados financeiros compostos, por exemplo, por hipotecas – como mecanismo predileto das “expulsões” do capitalismo contemporâneo. As finanças atuais trabalham, argumenta, titularizando – quer dizer: *invadindo* – setores, espaços e tarefas não financeiras para realocá-las em circuitos financeiros.

Wendy Brown, em seu livro *Undoing the demos. Neoliberalism's Stealth Revolution* (2015), dedica importantes páginas à dívida no sistema universitário norte-americano para explicar uma hipótese mais geral: a relação entre dívida e neoliberalismo. Detalhando o modo como o capital financeiro busca financeirizar tudo, ela assinala a importância da dívida e seus derivados no momento de “transformar a racionalidade neoliberal em si mesma: sua formulação de mercados, sujeitos e ação racional”.

Frédéric Lordon (2015) estuda a mobilização afetiva que o capital contemporâneo requer, no qual a exploração do desejo e da recompensa via consumo ativa as fórmulas financeiras aliada ao estímulo do *marketing*.

Keenga-Yamahtta Taylor (2017) ilumina a dimensão racista das execuções de lares hipotecados (com hipotecas *subprime*) durante a crise financeira de 2008, na qual mais de 240 mil afro-americanxs perderam suas casas, reforçando o processo de gentrificação nas principais cidades dos EUA. Para ela, o processo de criminalização e perseguição policial da população negra se encaixa com um endividamento através de multas, contravenções e ordens de prisão que completam o circuito de múltiplas violências.

Cédric Durand (2018) explica como as finanças se apropriam da temporalidade futura, trabalhando a partir da despossessão e do parasitismo sobre recursos comuns, tornando as finanças “soberanas” graças às políticas de austeridade e ao modo de aproveitar uma arquitetura jurídica que lhes dá uma estabilidade que por si só não possuem.

George Caffentzis (2018) vincula as micro às macrodívidas e detalha as diferenças entre o salário e a dívida como modos temporais divergentes da exploração.

Em geral, essas perspectivas têm em seu horizonte de problematização a crise financeira global de 2008. E a pergunta que traçam é aquela acerca da capacidade do neoliberalismo para dobrar suas políticas de austeridade e ajuste a partir da mesma crise. Quer dizer: de que maneira o neoliberalismo consegue *governar a crise através do endividamento público e privado*. Cada uma dessas abordagens ressalta aspectos-chave para situar a dívida como dispositivo de exploração no momento atual de acumulação em termos de mercados em escala global.

Com relação à região latino-americana, várias análises são possíveis. Na Argentina, pesquisou-se de que maneira as finanças aterrisam nas economias populares e, em particular, como o endividamento foi costurado a partir dos subsídios sociais, de modo tal que “pulam” a dependência do salário para produzir “devedorxs” (GAGO; ROIG 2019), em paralelo a uma feminização do trabalho (GAGO, 2017). Na Bolívia, uma pesquisa pioneira, de Graciela Toro (2010), analisa a expansão dos microcréditos especialmente desenvolvidos para mulheres, os chamados créditos solidários, e impugnados por um poderoso movimento social de devedoras.

Nina Madsen (2013), questionando o discurso da formação de uma “nova classe média” durante os governos progressistas no Brasil, afirma que o acesso a maiores níveis de consumo de uma porção importante da população sustentou-se através do endividamento massivo dos lares e da sobre-exploração do trabalho não remunerado das mulheres.

César Giraldo (2017) analisa o desmantelamento da política social na Colômbia e as novas formas financeiras, em particular de empréstimo, para xs trabalhadorxs da economia popular.

As pesquisas de Magdalena Villareal (2004) no México também são uma referência para pensar como as finanças cotidianas organizam a reprodução social das classes populares e, em particular, o papel das mulheres nessas redes e formas econômicas.

O caso do Chile é talvez o mais grave da região (OSSANDÓN, 2012). Segundo dados de 2018, os lares têm 70% de sua renda comprometidos com dívidas, num auge histórico devido ao declive de fontes de renda, paralelamente ao maior endividamento bancário.

EXPANSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NOS SETORES POPULARES

Como foi assinalado, para caracterizar as formas atuais de endividamento popular, é necessário situá-las num processo que é simultaneamente nacional, regional e transnacional. Seu crescimento e suas modalidades específicas se vinculam de maneira orgânica às dinâmicas generalizadas de precarização laboral, desemprego e políticas de privatização neoliberais, por um lado. Por outro, conecta-se de modo direto com a hegemonia financeira das atuais formas de valorização do capital. Evidentemente, ambas são realidades conectadas.

Na Argentina, onde viemos fazendo estudos profundos há um ano, as formas de endividamento devem ser situadas em relação ao processo de como, na última década e meia, os subsídios estatais

(subsídios ao desemprego, às cooperativas, às pensões por filhxs, aposentadorias) foram se articulando à bancarização compulsiva e individualizante. Isso significa que os benefícios sociais passaram a ser a mediação bancária e individual, que deslocou outras modalidades de distribuição de recursos, sendo uma chave para a “inclusão financeira” de populações “assistidas”. Esse processo impactou também as formas de organização política e de gestão coletiva desses recursos, que foram um ponto central de crescimento dos movimentos sociais, especialmente aqueles que se massificaram com as crises política, econômica e social de 2001. Os movimentos passaram a gerenciar esses fluxos de dinheiro que eram designados a cada organização (ou unidade executora, por exemplo, as cooperativas ou empreendimentos) e ter que coletar esses recursos depois de uma individualização do seu recebimento através de cartões de débito ou de abertura de contas de poupança. Esse processo de bancarização compulsiva e individualizante é fundamental para entender o modo como os subsídios serão convertidos em garantia e via de acesso aos créditos, mas também da expansão financeira até os setores populares através da linguagem da “inclusão” (GAGO, 2015).

Isso se dá num contexto de crise do trabalho assalariado, de índices históricos de desemprego, portanto, quando o salário deixa de ser a garantia privilegiada do endividamento para ser substituído pelo subsídio, que passa a funcionar como garantia estatal para o pedido de crédito de populações majoritariamente não assalariadas. Assim, a mediação financeira toma como dispositivo predileto o endividamento massivo, que se veicula através dos mesmos subsídios sociais que o Estado entrega aos chamados “setores vulneráveis” (GAGO, 2015).

O destino principal do endividamento, em princípio, dedicou-se ao consumo de bens não duráveis e baratos: eletrodomésticos, vestimenta e motos, como itens principais que surgem dos levantamentos. Por sua vez, o endividamento acompanha um progressivo contexto de “recuperação econômica” com relação aos índices de crise do princípio do século. Assim, foram inauguradas formas de “cidadania por consumo”: uma reformulação dessa instituição, não mais ligada ao acoplamento de direitos em relação ao trabalho assalariado, mas à “inclusão bancária”.

Com isso, produz-se uma realidade bastante singular: a capacidade de aumento de consumo desacoplada de um trabalho estável e a proliferação de dispositivos financeiros especialmente dirigidos aos supostos “excluídos” do sistema.

DA INCLUSÃO À EXPLORAÇÃO FINANCEIRA

O que as finanças, através do dispositivo da dívida, leem e tentam capturar é a dinâmica de sujeitos ligados à estruturação de novas formas de trabalho, empreendedoras, autogeridas, que surgem nos setores populares e empobrecidos paralelamente à sua condenação como populações sobranes ou excedentes. Assim, as finanças aterrissam nos territórios subalternos, desconhecendo as categorias políticas que falam de excluídos, marginais ou populações supérfluas para, dessa forma, categorizar e “incluir” aqueles que ficam de fora do mundo assalariado e do mercado “formal”.

As finanças *reconhecem e exploram* uma trama produtiva não assalariada, em cujo interior as formas de contratação são variadas e incluem o salário informal e os subsídios estatais. O Estado é chave na construção de uma arquitetura de obrigação institucional: impondo a bancarização obrigatória, vendendo-a como “inclusão financeira” e, finalmente, funcionando de garantia para o endividamento massivo nas mãos dos bancos e das organizações “não financeiras” que os mesmos fabricam para tratar com os setores populares.

Esse processo foi central para aquilo que caracterizamos como *exploração financeira da população “assistida”* (GAGO, 2014; GAGO; ROIG, 2019): um diferencial nas taxas de juros que se aplicam a esses setores, logo que são caracterizados como “de risco”.

O fenômeno que tem dimensões regionais é este: toda uma parcela específica da população, que se caracteriza por ser migrante, informal, produtiva e descapitalizada, torna-se refém do endividamento, que, por sua vez, também funciona como impulso da ampliação de sua capacidade de consumo. A relação entre inclusão, dinheiro e bairros periféricos promove uma retórica oposta à austeridade e consegue unificar inclusão e subordinados a dispositivos financeiros.

O que fica claro é que essas economias, antes visualizadas como insignificantes e meramente subsidiárias, se converteram em territórios dinâmicos e atraentes para o capital, expandindo as fronteiras de sua valorização e criando novos consumidores, indiferente à garantia de um salário. A dívida torna-se, assim, um dispositivo cada vez mais atado a novas formas laborais, em sua maioria, já não assalariadas em seu sentido tradicional (o que não exclui que o salário funcione de maneira complementar e intermitente). Não se pode falar de uma passagem linear do salário à dívida como dispositivo de reconfiguração das relações assalariadas e de captura de valor do trabalho por fora do salário.

RELAÇÃO ENTRE ENVIDAMENTO E PRECARIZAÇÃO

A relação entre endividamento e precarização tem uma *dupla temporalidade*. Por um lado, não há expansão do endividamento sem uma *prévia* precarização do trabalho, desemprego generalizado e privação de infraestrutura pública. Desse modo, a precarização funciona como condição antecedente necessária à introdução massiva da dívida como complemento e/ou substituição da renda salarial e da provisão de serviços públicos.

Por outro lado, a dívida funciona produzindo e intensificando a precarização laboral e existencial *futura*, como condição *porvir*. Isso se deve a que a dívida funciona estruturando uma compulsão por aceitar qualquer tipo de trabalho para poder pagar a futura obrigação. Nesse sentido, dinamiza a precarização desde “dentro”. A dívida movimenta a exploração da criatividade a qualquer preço: não importa em que se trabalhe, o que importa é pagar a dívida.

A dinâmica precária, informal e inclusive ilegal dos empregos (ou formas de obter renda) se revela cada vez mais descontínua, enquanto a dívida funciona como um *continuum* estável que explora essa multiplicidade. Nessa defasagem temporal também há um aproveitamento: a dívida torna-se mecanismo de coação para aceitar qualquer condição de emprego, devido à obrigação financeira acabar “comandando” o trabalho no tempo presente.

A dívida, então, *veicula uma difusão molecular dessa obrigação* que, apesar de existir no futuro, condiciona o aqui e agora, sobre o qual imprime maior velocidade e violência. A dívida funciona e se derama nos territórios como um mecanismo compulsivo para o submetimento à precarização (condições, tempos e violências do emprego), reforçada moralmente como economia da obediência.

Com distintas modalidades, podemos detectar de que maneira se deram esses processos em distintos países da América Latina, vinculados às formas de intervenção estatal promovidas pelos governos “progressistas”, mas também por outros que não cabem nesta caracterização. Por isso mesmo, ainda que com diferenças notáveis, a dimensão da exploração financeira torna-se um eixo transversal para pensar as mutações do emprego, do consumo e das políticas estatais e financeiras da região.

ENCADEAMENTO DAS DÍVIDAS E MULTIPLICAÇÃO DA OFERTA DE EMPRÉSTIMOS

Paralelamente ao processo de bancarização compulsiva dos subsídios sociais e à ampliação do consumo por meio do endividamento, as entidades que oferecem créditos se multiplicaram.

Por um lado, a oferta de créditos para o consumo dos bancos utilizando o subsídio como garantia para o endividamento garantiu o desconto imediato do crédito, assegurando índices baixíssimos de mora. Paralelamente, começou a expandir-se uma rede de entidades não bancárias financeiras, localizadas nos bairros, que oferecem empréstimos somente com uma assinatura com taxas de juro muito elevadas. Localizadas em lugares estratégicos para o fácil acesso de setores populares, como estações de trem e pontos das periferias urbanas, essas redes de crédito se multiplicaram. É importante destacar que essas casas de créditos são, em muitos casos, propriedades dos mesmos bancos, com os quais compartilham inclusive suas autoridades, mas que se desdobram para surgir com instrumentos financeiros específicos à expansão do crédito.

Além dessas financiadoras, também proliferaram ofertas de financiamento via cartões de crédito emitidos por comércios e cadeias de supermercados, também com taxas de juros altíssimas e requisitos mínimos. Em menor medida, também cresceu a oferta de créditos por parte das associações mútuas e cooperativas de crédito.

Há em seguida mais um componente, que tem a ver com os agiotas informais, que muitas vezes gerem fluxos de dinheiro provenientes de economias ilegais, o que lhes dá uma crescente capacidade de dinheiro em espécie.

É um ponto notável o *encadeamento* e a *superposição* das diversas modalidades de endividamento. Por um lado, trata-se de priorizar o pagamento das dívidas “formais”, já que o seu descumprimento acarreta em ficar registrado em plataformas de “inabilitação” financeira (como o Veraz na Argentina ou a Serasa no Brasil), que se converte em um impedimento a novos créditos. Para tentar estar em dia com esse tipo de dívidas, muitas vezes se recorre a outro patamar de endividamento: o informal, que compreende uma variada rede de formas usurárias. Esta se caracteriza por duas coisas: taxas de juro ainda mais altas e formas de violência ainda mais fortes frente à inadimplência no pagamento.

Assim, uma dívida se paga com mais dívida. Desse modo, conformam-se verdadeiras “redes” de dívida, que vão se refinanciando entre si, habilitando níveis diversos de juros, formas de ameaça por descumprimento e distintos cronogramas de vencimento.

Nos últimos tempos, frente ao aumento da crise econômica, vemos dois fenômenos. Em primeiro lugar, uma política governamental que aposta na expansão dos créditos via subsídios. Frente ao aumento dos índices de pobreza que se revelaram na Argentina, a medida do governo foi propor mais endividamento doméstico, marcando um recorde de solicitudes assim que a medida foi anunciada. Em segundo lugar, um aumento das fontes ilegais de financiamento, especialmente vinculadas ao narcotráfico, que se constata nos bairros populares, como via de acesso ao crédito rápido.

ARTICULAÇÃO CRESCENTE ENTRE ENVIDAMENTO E ECONOMIAS ILEGAIS

A articulação entre *endividamento e economias ilegais* é uma dimensão-chave do dinamismo pelo qual as finanças populares enveredaram, especialmente pela capacidade das economias ilegais de oferecer dinheiro em espécie rapidamente e de comandar múltiplos negócios que têm o empréstimo como uma de suas arestas. As crises aceleram essa articulação.

A análise de César Giraldo (2017), que referimos para falar da Colômbia, explicita a articulação crescente entre *endividamento e economias ilegais* ao argumentar que o crédito se converte em uma forma de *controle territorial e de extração de rendas* por grupos criminais.

A coerência do sistema depende de que as dívidas sejam saldadas, e quando um indivíduo não pode quitar sua dívida, o mecanismo que se utiliza é forçar o pagamento mediante a violência física, que inclui o assassinato, Ainda mais quando os geradores do crédito são atores que tiveram práticas violentas. (GIRALDO, 2017).

A dinâmica de “extrativismo financeiro” (CAVALLERO; GAGO, 2019b) permite amarrar diversas economias e colocá-las sob o poder das finanças em sua modalidade extrativa segundo a dupla temporalidade que comentamos acima. Por sua vez, converte-se em um mecanismo específico de conexão entre economias legais e ilegais, dando impulso a uma constante expansão das fronteiras de valorização do capital, sob uma lógica crescente de colonização de atividades, recursos e espaços. Desse modo, é parte de um “extrativismo ampliado” (GAGO; MEZZADRA, 2017) que conecta a própria lógica da extração com matérias-primas, com infraestruturas logísticas e com dispositivos financeiros, ampliando também as formas contemporâneas de exploração do trabalho.

ARTICULAÇÃO CRESCENTE ENTRE ENVIDAMENTO E TRABALHO REPRODUTIVO

Entender de que maneira a dívida extrai valor das economias domésticas, das economias não assalariadas, das economias consideradas historicamente não produtivas, permite captar os dispositivos financeiros como *verdadeiros mecanismos de colonização da reprodução da vida*. A articulação entre endividamento e trabalho reprodutivo nos permite também enfocar outra hipótese: como a violência

machista se faz ainda mais forte com a feminização da pobreza e a falta de autonomia econômica que o endividamento implica.

É fundamental ressaltar o *caráter feminizado das economias populares, que são, hoje, objeto predileto de endividamento*. O feminizado tem uma dupla acepção. Por um lado, *quantitativa*: pela majoritária presença de mulheres no papel de “chefas de lar”, quer dizer, principal pilar de sustentação familiar (em famílias que são famílias ampliadas, articuladas com outras e também implodidas). Por outro, *qualitativa*: em relação ao tipo de tarefas realizadas e que também têm a ver, em termos majoritários, com labores de cuidados comunitários, de provisão de alimentos, de segurança e de limpeza do bairro, e de modo lato, de produção de infraestrutura de serviços básicos para a reprodução da vida.

Uma leitura feminista do problema financeiro, tal como vimos propondo (CAVALLERO; GAGO, 2019), confronta a dinâmica abstrata das finanças em sua relação com a vida cotidiana, com as formas da violência nos lares e nos diversos territórios e com as modalidades atuais de exploração do trabalho.

Parece-nos fundamental para a pesquisa do endividamento detectar como a diferença de gêneros opera de modos bem distintos em relação aos seguintes pontos:

- 1) Um modo particular de moralização dirigida às mulheres e aos corpos feminizados;
- 2) Um *diferencial de exploração* pelas relações de subordinação implicadas;
- 3) Uma relação específica da dívida com as tarefas de reprodução;
- 4) Um impacto singular também com respeito às violências machistas com que a dívida se articula;
- 5) Variações fundamentais sobre os possíveis “futuramentos” que a obrigação financeira envolve no caso dos corpos feminizados.

Cada um desses pontos são linhas de análise para entender a especificidade da extração de valor por meio da dívida dirigida especialmente a mulheres e corpos feminizados. Por isso, não é casual que uma das principais propostas do endividamento esteja voltada para as mulheres e trate de propor sua “inclusão financeira” sob a proposta de converter as chefas de lar, as trabalhadoras precarizadas e as desempregadas em “empresárias de si mesmas” graças à sua conversão em sujeitas de crédito, e assim endividando-as (ainda mais!). Aqui, vemos como as formas de “exploração financeira” pretendem ser encobertas com a ideia de “inclusão financeira”, especialmente dirigida às mulheres entendidas como empreendedoras “naturais”.

DÍVIDA, CRISE E VIOLÊNCIA

Hoje vemos como as finanças aterrissadas nos territórios construíram uma rede capilar capaz de, por um lado, prover financiamento privado e caríssimo para resolver problemas da vida cotidiana, derivados do ajuste e da inflação; e, por outro, estruturar a temporalidade de uma futura obediência, culpabilizando e individualizando a responsabilidade de uns despojos que esvaziaram os territórios de infraestrutura (da saúde aos serviços de água, passando pela provisão de alimentos). Hoje, o endividamento generalizado *amortiza a crise*. Faz com que cada um enfrente o aumento de tarifas de maneira individual e ocupe seu tempo trabalhando cada vez mais por menos dinheiro. Hoje, o próprio fato de viver “produz” dívida.

Assim, vemos que as dívidas são um modo de *gestão da crise*: nada explode, mas tudo implode. Para dentro das famílias, nos lares, nos trabalhos, nos bairros, a obrigação financeira faz com que os vínculos se tornem mais frágeis e precários ao estarem submetidos à pressão permanente da dívida. A estrutura do endividamento massivo que leva mais de uma década é o que nos dá pistas da atual forma que a crise toma: como responsabilidade individual, como aumento das violências chamadas “domésticas”, como maior precarização das existências.

À crise que cresce no ritmo da inflação, do ajuste imposto pelas demissões massivas e dos recortes de política pública, agrega-se à bancarização dos alimentos: através dos cartões de alimentação que são aceitos somente em certos estabelecimentos e que hoje estão se tornando inviáveis pela “falta” de preços devido à especulação de alguns supermercados.

O endividamento, podemos dizer usando uma imagem de Caffentzis (2018), gere a “paciência” dxs trabalhadorxs, das donas de casa, dxs studentxs, dxs migrantes etc. A pergunta pela paciência é a seguinte: das condições de violência que o capital precisa hoje para se reproduzir e valorizar, quanto é possível suportar? A dimensão subjetiva que marca os limites do capital é um ponto-chave do endividamento massivo, e é a partir daí que uma perspectiva feminista sobre as finanças devém cada vez mais estratégica.

ANEXO. GUIA DE PERGUNTAS SUGERIDAS PARA GRUPOS FOCAIS

1) Objetivo: detalhar o que compõe hoje um salário

- a) Caracterizar situação de trabalho passada e presente (em que trabalha, há quanto tempo, quantas horas, em quais condições);
- b) Composição de unidade doméstica, papel e tarefas que cumpre nela;
- c) Detalhar outras fontes de renda pessoais e familiares: trocas, bolsas etc. (de onde, com que frequência, quantas horas dedica a isso).

2) Objetivo: detectar e caracterizar os tipos de dívida

- a) Condição de endividamento: por salário, por bolsa, só com assinatura, cartão de crédito etc.;
- b) Circuitos da dívida: lugares de oferecimentos, instituição que outorga;
- c) Características da dívida: quantidade de parcelas, montante, prazos, juros, cláusulas etc.;
- d) Destino da dívida: a que se destina o endividamento (compras de eletrodomésticos, alimentos, medicamentos, pagamento de serviços, refinanciar outras dívidas, emergências, empreendimentos, garantias de aluguel, hipotecas etc.).

3) Objetivo: impactos da dívida

- a) Em termos de usos do tempo: extensão das horas de trabalho dedicadas ao pagamento, abandono de tarefas não remuneradas etc.;
- b) Em relação à autonomia econômica: endividar-se permite e obstrui o quê, formas de “empreendedorismo” popular e impulsadas a partir das instituições;
- c) Conexão com as violências machistas: o que a dívida permite e o que obstaculiza em relação a situações de violência.

4) Objetivo: dimensão feminizada da dívida

- a) Especificar se se trata de créditos e empréstimos especialmente dirigidos a mulheres;
- b) Indagar sobre estratégias “entre mulheres” referidas ao empréstimo;
- c) Detectar as condições especiais atribuídas ao empréstimo destinado a mulheres e “figuras” de inter-relação: mães, donas de casa ou chefas de família, empreendedoras, microempresárias, cooperativistas etc.

5) Objetivo: rastrear as táticas de desendividamento

- a) Caracterizar se há formas de desendividamento: como, com quais recursos, quais redes, organizações políticas;
- b) Eficácia do desendividamento: É possível desativar a dívida? São soluções parciais e temporárias? São parte de experimentos de organização coletiva?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, Wendy. *Undoing the demos. Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- CAFFENTZIS, George. *Los límites del capital*. Deuda, moneda y lucha de clase. Buenos Aires: Tinta Limón y Fundación Rosa Luxemburgo, 2018.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. *Una lectura feminista de la deuda*. ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2019a.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. 10 tesi sull'economia femminista. O sull'antagonismo tra sciopero e finanze. In: GIARDINI, Federica (comp.). *La natura de la economia*. Roma: Università Roma Tre, 2019b.
- DURAND, Cédric. *El capital ficticio*. Barcelona: NED y Futuro Anterior, 2018.
- FEDERICI, Silvia. *From Commoning to Debt: Microcredit, Student Debt and the Disinvestment in Reproduction*. London: [S. n.], 2012. Áudio.
- GAGO, Verónica. *La razón neoliberal*. Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- GAGO, Verónica. Financialization of popular life and the extractive operations of capital: a perspective from Argentina. *South Atlantic Quarterly*, Duke University Press, v. 114, n. 1, p. 11-28, 1 jan. 2015.
- GAGO, Verónica. ¿Hay una guerra en el cuerpo de las mujeres? Finanzas, territorios y violencia. In: JOURNÉE D'ÉTUDES "ÉPISTÉMOLOGIES CROISÉES DE LA CRITIQUE DE L'ÉCONOMIE". Publicado em *Contretemps*: "Y a-t-il une guerre 'dans' le corps des femmes? Finance, territoires et violence". Paris: Université Paris 7, 2017. Trad. Julie Alfonsie.
- GAGO, Verónica; ROIG, Alexandre. Las finanzas y las cosas. In: CHENA, Pablo I.; BISCAY, Pedro M.

- (coord..). *El imperio de las finanzas. Deuda y desigualdad*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2019.
- GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A Critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism*, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.
- GIRALDO, César (comp.). *Economía popular desde abajo*. Bogotá: Desde Abajo, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. *La fábrica del hombre endeudado*. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.
- LAZZARATO, Maurizio. *Gobernar a través de la deuda*. Buenos Aires: Amorrortu, 2015.
- MADSEN, Nina. Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- OSSANDÓN, José (ed.). “Destapando la caja negra: sociología de los créditos de consumo en Chile”. Santiago: Instituto de Investigación en Ciencias Sociales, ICSO, Universidad Diego Portales, 2012.
- TAYLOR, Keenga-Yamahtta. *De #Black LivesMatter a la liberación negra*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.
- TORO, Graciela. *La pobreza: un gran negocio*. La Paz: Mujeres Creando, 2010.